



ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA URBANA: A CIDADE E A VIDA URBANA COMO PROBLEMAS SOCIOANTROPOLÓGICOS

José de Oliveira Junior¹
José Rogério Lopes²

RESUMO

A ideia de uma Sociologia e Antropologia Urbana parece estar ligada a uma noção de denominar o urbano como sendo algo característico e pertencente ao mundo moderno/contemporâneo. Além disso, para se distinguir do mundo rural em termos de fenômenos e acontecimentos sociais e culturais, se estabelecem essas distinções e categorias. Pretendemos discutir esse começo dos estudos urbanos e analisar essa teoria à luz do desenvolvimento de um pensamento e pesquisas urbanas nas áreas da sociologia e antropologia urbana. Por isso, utilizaremos os textos do livro “O fenômeno urbano, organizado por Otávio Guilherme Velho como suporte para nossa discussão, além dos textos de Lefebvre, Benjamin, Castells e outros. As cidades são tanto dados imediatos de suas materialidades quanto o impalpável dos sonhos e desejos de seus habitantes. Pensar sobre a cidade é pensar as diversas dimensões e atributos, tais como: geografia, literatura, sociologia, filosofia, arquitetura, política, medicina, educação... Por isso, escrever a respeito da cidade e seus habitantes requer uma interdisciplinaridade de saberes e olhares.

Palavras-chave: Antropologia e Sociologia Urbana. Cidade e Urbanidade.

¹ Doutorando em Ciências Sociais pelo PPGCS/UNISINOS (2016/ -), Professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas – IFAL, Campus Maceió. E-mail: juzeoliver@gmail.com

² Orientador. Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Professor Titular do PPG em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS, Professor do PPG em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, Editor da Revista Ciências Sociais Unisinos e Coordenador do LaPCAB-Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais no Brasil. E-mail: jrlopes@unisinos.br

Introdução

A ideia de uma Sociologia e Antropologia Urbana parece estar ligada a uma noção de denominar o urbano como sendo algo característico e pertencente ao mundo moderno/contemporâneo. Além disso, para se distinguir do mundo rural em termos de fenômenos e acontecimentos sociais e culturais, se estabelecem essas distinções e categorias. Entretanto, sabemos que os estudos urbanos e a vida dos sujeitos nas cidades se dão por conta dos processos de urbanização e urbanidade que ocorrem no mundo a partir das Revoluções Francesa de 1789, e Inglesa, com seu processo de industrialização, bem como com todas as outras transformações que ocorreram e ocorrem no mundo globalizado.

A ciência social surge num período de grandes acontecimentos e transição de pensamento. Foi pensada como uma “promessa” na resolução dos problemas socioculturais. Surge numa “era de certezas” e vive numa “era de incertezas”.

Toda e qualquer definição de teoria social corre o risco de provocar controvérsias e assombros. Deste modo, a Sociologia e a Antropologia surgem na Europa ocidental com o começo da sociedade moderna, onde a urbanização e a industrialização proliferam vertiginosamente. Este processo de transformação ocorreu com ideias seculares, ou seja, não religiosas, tais como: a de igualdade e liberdade universal.

Grandes mudanças aconteceram na teoria social nos últimos séculos. As análises teóricas em ciências sociais sempre foram um empreendimento diversificado, porém, num determinado período, mais especificamente após a Segunda Grande Guerra, uma diversidade de visões de mundo passou a destacar-se conquistando a aceitação e aplicabilidade. Algumas teorias, conforme Giddens (2001) alerta, são melhores que as outras, e algumas perspectivas rendem mais frutos que outras. Desta maneira, para alguns teóricos das ciências sociais a melhor forma de fazer pesquisa empírica é com um bom fundamento teórico.

Na teoria social contemporânea existe uma síntese renovada sobre o que compreendem as ciências sociais. No entanto, as teorias devem ser avaliadas e percebidas a partir de seu poder explicativo a respeito de alguns

aspectos da realidade social e cultural de um grupo, localidade, etc. As metodologias qualitativas surgem da convicção de que a ação social é importante na configuração da sociedade e sua cultura. A teoria social passou a compreender uma gama de abordagens variadas, em muitos aspectos, às vezes confusas. Apenas em uma sociedade totalitária seria possível existir um único pensamento e esquema teórico-metodológico incontestável de análise da conduta dos seres humanos e suas ações.

Giddens (2001) afirma que a ciência social canônica ou clássica implicava uma falsa interpretação da empresa humana, dessa maneira, a empresa humana deveria ser explicada em termos de causação social, pois somos movidos e conduzidos por influências das quais “não temos consciência”.

O que precisa ser praticado na teoria social, de acordo com Giddens, é recuperar a noção do agente humano conhecedor. “Ou seja: as ciências sociais devem concentrar sua atenção em fenômenos que, em nossa vida cotidiana, reconhecemos como características básicas da ação humana” (2001, p. 102).

Desse modo, a Sociologia e Antropologia Urbanas, surgidas na Escola de Chicago, vêm para entender e diagnosticar os processos de crescimento, desenvolvimento, ecologia humana do meio urbano. Traçam as características do modo de vida do ser humano na Modernidade “concreta” e “líquida” e a sua concentração em aglomerados, onde surgiram as ideias práticas da civilização.

Com os avanços da ciência, as pesquisas sobre a cidade e seus estímulos nos sujeitos se expandiram trazendo novas perspectivas e práticas de fazer e pensar o ato científico.

Nesse sentido, é na Universidade de Chicago, nos EUA, que se desenvolverão diversas pesquisas sobre os modos de vida na cidade e sua cotidianidade. E será nessa universidade que sairão as ideias para o interacionismo simbólico, e as concepções acerca dos processos de identidade na Alta Modernidade. Porém, os precursores desses estudos empreendidos pelos estudiosos da Escola de Chicago têm em Simmel e Weber sua base teórica para o desenvolvimento da categoria cidade e os sujeitos que nela vivem. Nesse sentido, pretendemos discutir esse começo dos estudos urbanos e analisar essa teoria à luz do desenvolvimento de um pensamento e pesquisas urbanas nas áreas da sociologia e antropologia. Por isso, utilizaremos os textos

do livro “O fenômeno urbano”, organizado por Otávio Guilherme Velho, como suporte para nossa discussão, além dos textos de Lefebvre, Benjamin, Castells e outros.

O fenômeno urbano

Na Antiguidade existiram cidades com 50 e 80 mil habitantes sempre em volta dos rios que lhes davam condições de sobrevivência e existência. As cidades surgem quando algumas sociedades e culturas passaram a ter condições de subsistência com a agricultura e a pecuária. Quando os alimentos se tornam suficientes para garantir a manutenção da vida dos moradores rurais e urbanos. Nela, desenvolveram-se o comércio e o artesanato, além de ter sido feita o lugar do poder.

Na Idade Média e a partir de seu sistema sócio-político-cultural e econômico, o feudalismo passou a uma produção que tendia à autossuficiência. Com isso, as transformações provocaram mudanças entre o campo e a cidade. Os feudos produziam os alimentos de que necessitavam a partir da agricultura e da pecuária, além de desenvolver um artesanato rudimentar. Devido a isso, o comércio foi reduzido, e a cidade perdeu a importância econômica e cultural que teve outrora.

O sistema feudalista era uma forma de servidão em que o senhor feudal proprietário de extensos lotes de terra arrendava uma parte para seus servos trabalharem para si e para o dono da terra. As cidades medievais eram fortes que protegiam castelos, igrejas e uma pequena população.

A partir do século XIII, o comércio passa a ter uma lenta retomada e cidades que faziam rotas comerciais gradativamente se reestruturam. Com o declínio do sistema feudal e a expropriação de terra e com o nascimento do sistema capitalista, a fisionomia dos espaços muda e as cidades retomam seu lugar de centro econômico, político e cultural. É com o sistema capitalista e o desenvolvimento da indústria e das tecnologias que a urbanização ganha impulso. O capitalismo comercial passará a ter como norte fundamental a acumulação de bens e capital. A urbanização passará a fazer parte da lógica do sistema, pois o comércio, a indústria e o poder político desenvolverão as cidades.

O desenvolvimento e crescimento das cidades e a urbanização do planeta são alguns dos fenômenos mais notáveis na Idade Moderna. O mundo passou de uma sociedade rural para uma sociedade urbana. Profundas alterações aconteceram em praticamente todas as fases da vida social e cultural. Desta forma, buscou-se uma definição e conceito do que vêm a ser cidade e urbanidade.

Diversos cientistas em suas disciplinas incorporaram pontos de vista e definições diferentes dos sujeitos urbanos e da cidade. Para Lefebvre, “A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas” (1969, p. 13).

Para Castells (2006, p. 42), “As cidades são a forma residencial adotada pelos membros da sociedade cuja presença direta nos locais de produção agrícola não era necessária”. Por isso, os sujeitos das cidades passaram a existir na base do excedente daquilo que era produzido pelo trabalho na terra. As cidades habitadas pelos sujeitos tornaram-se centros religiosos, administrativos, políticos. Uma expressão espacial de uma complexidade de atividades.

As cidades existiram na Antiguidade devido a algumas sociedades e culturas que passaram a ter condições e necessidades de produzir alimentos como excedentes e abastecer os moradores urbanos que se dedicaram a outras atividades profissionais. Na cidade foram desenvolvidos e aperfeiçoados o comércio, o artesanato e o poder. As elites dirigentes de uma cultura e sociedade mais complexa viveram e vivem na cidade para controlar a situação e contornar situações de conflito e disputas de poder.

As cidades que mais cresceram foram as capitais dos Impérios e de um Estado Nacional. Dessa forma, o termo *capital* é derivado do latim *caput*, que significa “cabeça”. No entanto, na Idade Média com o feudalismo, seus feudos produziam todos os alimentos de que necessitavam e desenvolveram o artesanato. O comércio passou a se reduzir e a cidade perdeu importância econômica porque deixou de ser o centro de trocas e produção artesanal. De acordo com Weber (1999, p. 417),

A cidade-fortaleza, na primeira fase de seu desenvolvimento em direção a um complexo político especial, era ou abrigava um castelo deste tipo, ou apoiava-se nele, sendo o castelo a fortaleza de um rei

ou senhor nobre ou de uma associação destes últimos, o qual ou os quais ali residiam ou mantinham uma guarnição de mercenários, vassalos ou servidores.

Na teoria sociológica de Weber (1999), suas considerações sobre a cidade encontram-se num apêndice de sua tipologia da dominação, quando descreve o que seria a dominação não legítima, ou tipologia das cidades.

Para ele a cidade é uma localidade onde os habitantes, principalmente os comerciantes, se dispõem a retribuir a proteção pagando pelos serviços obrigatórios e tributos. A comunidade urbana seria uma associação estamental dotada de privilégios, principalmente no que concerne à escolha das autoridades orientada por um direito material ou processual. Para Weber a cidade é um lugar de disputas políticas. Um lugar onde a classe burguesa mantém seu *status* e poder em detrimento da vida em comum.

A categoria cidade, nas ideias de Weber (1999), tem uma característica puramente quantitativa, desta forma, é um povoado grande. E do ponto de vista sociológico e antropológico pode ser vista como um povoado, um assentamento com casas contíguas, representando um conjunto extenso, no entanto, não se sabe muito sobre o conhecimento pessoal mútuo dos habitantes e vizinhos. Não era a preocupação do autor pensar a organização das cidades através dos sujeitos, mas a cidade como um mercado, na esfera da economia.

Conforme Weber (1999, p. 408) a cidade pode ser definida de diversas formas, porém, existe um elemento em comum em todas as definições: é um assentamento fechado de uma maneira relativa, um povoado, e não uma moradia isolada. Por isso, “nas cidades (mas não apenas nestas) costumam as casas encontrar-se muito perto uma da outra, hoje em dia, em regra, geminadas”. É desta maneira que as cidades na Idade Média, numa Europa Feudal, vão se constituindo e urbanizando, condicionando os modos de estar nos espaços habitados.

Para Weber (1999, p. 409), “Se se tenta definir a cidade do ponto de vista puramente econômico, seria um povoado cujos habitantes, em sua grande maioria, não vivem do produto da agricultura, mas sim da indústria ou do comércio”. Dessa forma, uma cidade poderia ser pensada de duas formas: na existência de uma sede governamental e na atividade aquisitiva que

proporcionasse satisfação aos moradores através da existência de um mercado. E, assim, as cidades transformam-se com o fim do feudalismo em um lugar governamental e lucrativo.

A cidade pensada por Weber (1999) é uma localidade de mercado na medida em que alimenta este e por ele é alimentado, pois sua atividade local tem como centro econômico de sua movimentação a vida interna e de certa forma externa. Uma cidade é um assentamento com mercado permanente. De uma forma ou de outra, a cidade é dos consumidores, ou pode ser e vir a ser de produtores.

A cidade não é somente uma acumulação de moradias e sujeitos, mas também forma uma associação econômica capaz de demandar receitas e despesas. A categoria cidade pode e deve ser incluída em outras séries de conceitos, como, por exemplo: o político, o jurídico, o ambiental e tantos outros, de acordo com as ideias weberianas.

No passado os egípcios e o Oriente Próximo construíram cidades fortalezas, sede de reis, de autoridades, com privilégios de mercado concedido pelos reis. Na Idade Média as cidades ocidentais conheceram senhores protetores e funcionários de algum senhor político. Por toda parte a cidade era um povoado que se desenvolveu a partir da afluência de pessoas vindas de fora e mantidas, através das condições sanitárias das classes que não contavam com infraestrutura básica em casas e moradias, com a chegada de novos sujeitos expropriados do campo.

Ainda, de acordo com Weber (1999, p. 427), “Nas cidades do centro e do norte europeu surgiu o conhecido lema: ‘O ar da cidade faz livre’”. A cidade em todo o mundo é um lugar de afluência de forasteiros, de gente vinda de toda parte e localidade. Os expropriados dos campos seguem rumo à cidade em busca de um ar que os torne livre. No entanto, o ar da cidade não liberta, aprisiona.

Para Simmel (1979) a cidade é uma formulação sistemática onde a importância está não no volume da produção, mas na intensificação dos estímulos e sentidos provocados nos sujeitos pelo ritmo de vida nervosa que a mesma apresenta; preocupa-se com os efeitos do processo de urbanização na

vida dos sujeitos, deste modo, interessa-se pelas reações e sentidos dos sujeitos expostos à vida na grande metrópole.

Vai buscar nas explicações psicológicas informações para entender a sociedade e a vida dos sujeitos nesta. Descreve acerca da vida na metrópole e sobre a atratividade e permanência no local a partir da liberdade pessoal. Preocupa-se com a vida anímica do habitante da cidade grande frente ao habitante da cidade pequena.

As cidades são sociedades amplas, conforme Simmel (1979). Deste modo, para ele, diversos problemas têm acometido a vida moderna, e o indivíduo passa a reivindicar maior autonomia e individualidade de existência em face das forças sociais esmagadoras, da herança histórica, cultura externa, técnica de vida.

O século XVIII, com suas ideias “libertárias e libertinas”³, conclamou para que o ser humano se libertasse de todas as amarras, do Estado e da religião, da moral, da economia. Exigiu a especialização funcional do ser humano e seu trabalho. A partir daí os sujeitos se tornam incomparáveis uns aos outros e cada um deles indispensável na medida mais alta possível. Isto porque, no capitalismo, os seres humanos especializaram-se nas áreas que demandavam o crescimento e desenvolvimento das cidades e do mercado comercial, industrial, educacional.

Com o aumento de indivíduos nas cidades e as formações de grandes centros urbanos, as chamadas metrópoles passam a exigir uma grande intensificação dos estímulos nervosos, afirma Simmel (1979).

Dessa maneira, passam a existir alterações bruscas e ininterruptas entre estímulos exteriores e interiores. O ser humano na metrópole procede a discriminações de consciência diferentes da que a vida rural extrai. O habitante da cidade grande passa a criar um órgão protetor contra o desenraizamento de seu meio exterior que o ameaça. Reage não com ânimo, mas com o entendimento, intensificando sua consciência.

³ Libertárias no que diz respeito às ideias de emancipação humana surgidas nesse período da história, e libertinas as concepções que não eram bem-vindas por se tratar de impropério, vide Marquês de SADE, por exemplo, que fez do “sexo perverso” sua filosofia.

Com Benjamin (1991) surge uma categoria que é bastante ilustrativa para o entendimento dessa espécie de imigrante moderno, o boêmio, ou *flâneur*. A partir dos escritos de Marx, “Memórias do Agente Policial de La Hodde”, publicado em 1850 na Nova Gazeta Renana, onde é feita uma crítica aos conspiradores causais e de ocasiões, trabalhadores que só obedeciam às ordens do chefe, conspiradores profissionais, um tipo de político, surge em Marx o termo “boêmio” como uma crítica irônica aos burocratas.

Considerando sobre o poeta Charles Baudelaire, Benjamin tece sua crítica a respeito deste personagem e de sua condição mostrando-nos que “Baudelaire sabia como se situava, em verdade, o literato: como *flâneur* ele se dirige à feira; pensa que é para olhar, mas, na verdade, já é para procurar um comprador” (p. 09 e 30).

Benjamin (1991, p. 36), citando Simmel, diz que as relações sociais dos seres humanos nas cidades que se desenvolvem provocam uma mudança no modo de ser e agir dos sujeitos devido a uma notória preponderância da atividade visual sobre a auditiva.

Isso, porque os sistemas de transportes que passam a ser demandados pelo aumento populacional para que as pessoas possam ir e vir de um canto a outro da cidade acarretam uma nova postura. Antes do crescimento dos meios de transportes, como bondes, ônibus, trens, as pessoas não passavam tanto tempo se olhando reciprocamente sem dirigir uma palavra umas às outras.

Benjamin (1991) diz que desde a Revolução Francesa passa a existir um forte controle do Estado sobre os sujeitos estrangulando em suas malhas a vida civil. Desse modo, a normatização da numeração dos imóveis, por exemplo, passa a ser um ponto fundamental para que os sujeitos tenham uma referência e procedência.

O capitalismo surgiu visando à busca de acumulação de capitais através do comércio e, desta forma, impulsionou o surgimento e soerguimento de muitos outros núcleos citadinos. Criou uma incipiente rede de cidades ao redor das rotas comerciais fazendo com que o sistema comandasse as vidas dos sujeitos e o mercado financeiro.

No entanto, a cidade encontra-se enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que nela habitam. A cidade possui uma organização moral, bem como

uma organização física. Ela oferece um mercado para os talentos de cada pessoa. Nela todas as vocações tendem a assumir o caráter de uma profissão. Nas cidades as comunidades estão numa condição de crise constante. De acordo com Benjamin (1991, p. 51),

A multidão não é apenas o mais novo refúgio do proscrito; é também o mais novo entorpecente do abandono. O *flâneur* é um abandonado na multidão. Com isso, partilha a situação da mercadoria.

Isso, porque passa a conquistar a rua e essa passa a ser um lugar de refúgio, pois o herói passa a ser o verdadeiro objeto desta Idade Moderna onde para viver a modernidade se faz necessária uma constituição heroica.

A modernidade revela uma fatalidade transformando o herói em um dândi. Dândi é o homem que se veste com extremo apuro, ou que se preocupa demais em vestir-se bem.

Segundo Benjamin (1991, p. 93), “O dândi é uma criação dos ingleses, que eram líderes do comércio mundial”. E, deste modo, estabeleceram ao mundo uma condição de vivência e existência baseada no sentido e estilo do ter. Transformaram o mundo da vida consumível, descartável e reciclável.

Considerações

As cidades são tanto dados imediatos de suas materialidades quanto o impalpável dos sonhos e desejos de seus habitantes. Pensar sobre a cidade é pensar as diversas dimensões e atributos, tais como: geografia, literatura, sociologia, filosofia, arquitetura, política, medicina, educação... Por isso, escrever a respeito da cidade e seus habitantes requer uma interdisciplinaridade de saberes e olhares.

Escrever sobre a cidade e seu planejamento é falar sobre aqueles que intervieram nela como dirigentes, planejadores, especuladores. A cidade é um espaço de conflitos e conciliações, de alienação e luta de classes...

Oliven (1984) afirma que a cidade aumentou em dois períodos históricos distintos. O primeiro foi a partir do fim da Idade Média com o desenvolvimento do sistema capitalista, e o segundo momento acontece no fim do século XVIII, quando se dá a Revolução Industrial como sendo um modo de produção

capitalista. Desta forma, as cidades foram os lugares onde a burguesia floresceu e a industrialização criou suas ferramentas.

Os escritos a respeito das cidades cresceram abundantemente, por isso, Oliven (1984) diz que a categoria sociológica cidade pode ser agrupada em três perspectivas distintas: os que encaram a cidade de um ponto de vista como uma variável dependente, os que a encaram como uma variável contextual e os que a encaram como uma variável independente.

Para os que percebem a perspectiva da variável dependente, o interesse são os fatores históricos e, por isso, estudam-na como sendo resultado de diversas causas econômicas, políticas e sociais. Para os autores desta perspectiva a cidade, como variável dependente, se dá devido a um complexo entrelaçamento de fatores econômicos, políticos, militares, religiosos, dentre outros. Estes pesquisadores veem a cidade a partir da objetivação destas forças. Encontram-se situados nessa perspectiva Weber e Marx, ambos irão caracterizar a cidade ocidental como um lugar de mercado, porém de formas diferentes. (Oliven, 1984)

A perspectiva da cidade como variável dependente, de acordo com Oliven (1984), não significa dizer que não exista nenhuma importância em processos sociais e culturais. As cidades precisam ser compreendidas historicamente de uma forma integral mais abrangente. Diversos fenômenos sociais produzem a vida urbana.

Desse modo, para os que pensam a perspectiva da cidade como variável contextual, a discussão perpassa sobre a vida urbana e os diversos fenômenos sociais. Com a produção capitalista o poder se desloca do campo para a cidade. A perspectiva da variável contextual preocupa-se com a origem e o desenvolvimento das cidades.

A cidade por si só não explica tudo o que acontece. Os sujeitos que habitam uma cidade é que escrevem suas histórias nas memórias e nos espaços habitados.

A partir de outra perspectiva, oposta às duas primeiras, muitos autores estudaram a cidade como uma variável independente. Os que adotam essa visão percebem a cidade como sendo uma potência social e cultural capaz de produzir com sua influência os mais diversos efeitos na vida social dos sujeitos e do

espaço habitado. Nesta perspectiva trata-se bastante da cultura urbana e da ecologia humana.

Com o avanço das ciências sociais, os estudos sobre a cidade e seu modo de vida foram se expandindo e novos conceitos e teorias foram criados ou refutados a partir desses estudos que são tidos como clássicos.

Dessa forma, a Escola de Chicago surge para tentar responder a questões como: patologia social, sub-habitação, delinquência, marginalidade, choque cultural, problemas de planejamento urbano. Desta maneira, os estudos sobre o meio urbano estão intrinsecamente ligados a essa Escola que funcionava na Universidade de Chicago, criada em 1892, que desde o seu surgimento contava com o Departamento de Sociologia e Antropologia.

A Escola de Chicago é um marco no que diz respeito aos estudos urbanos. Sobretudo porque no fim da Guerra Civil Americana (1861 – 1865) muitos migrantes europeus e americanos, negros e brancos do Sul dos Estados Unidos, aumentaram significativamente e fizeram crescer vertiginosamente a cidade e sua população.

De acordo com Velho (2000, p. 16), “A maciça presença de migrantes introduz, entre outras variáveis, uma forte diversificação lingüístico-cultural expressa no próprio mapa da cidade, com bairros étnicos e guetos”. Esta constatação do autor está baseada nas pesquisas que foram produzidas pelos pesquisadores da Escola de Chicago que se debruçaram acerca da realidade de uma cidade e de alguns bairros norte-americanos.

A Escola de Chicago forneceu contribuições sobre o estudo e investigação da cidade e do bairro através de observação participante, coleta de dados, entrevistas, histórias de vida, dentre outros mecanismos de investigação científica. Mesmo sendo criticada por muitos pesquisadores que discordam dos resultados e conceitos dessa Escola, ela foi um marco nos estudos urbanos, isto é inegável. Louis Wirth e Robert Ezra Park são os dois mais significativos nomes dessa Escola. Estes estudiosos tratam a cidade como uma categoria de investigação para o comportamento humano e seu modo de vida. São considerados funcionalistas, etnometodólogos e interacionistas simbólicos, assim como toda a Escola.

As ideias dos estudiosos da Escola de Chicago são ancoradas nas perspectivas de Simmel, a partir daí irão buscar diversas categorias para entender os modos de vida e urbanidade. Perceberão os efeitos em detrimento das causas. Irão focalizar no psíquico, nos sujeitos, uma construção que também passa pelo sócio-econômico-espacial e cultural. Falam de sujeitos e se esquecem das estruturas e superestruturas.

Referências

- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo.** – 2ª Ed. – São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão urbana.** – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Editora documentos Ltda., 1969.
- OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil.** – Petrópolis, Vozes, 1984.
- PARK, Robert Ezra. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano.** In: VELHO, Otávio Guilherme. O Fenômeno urbano. 4ª edição. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1979.
- SIMMEL, Georg. **A Metrópole e a Vida Mental.** In: VELHO, Otávio Guilherme. O Fenômeno urbano. 4ª edição. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1979.
- VELHO, Gilberto. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social.** – 4 ed. – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- VELHO, Gilberto. **Individualismo, anonimato e violência na metrópole.** Horizontes Antropológicos/ UFRGS. IFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Ano 6. N. 13 (2000). Porto Alegre: PPGAS, 2000.
- WEBER, Max, 1864-1920. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2 – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 1999.
- WIRTH, Louis. **O Urbanismo como modo de vida.** In: VELHO, Otávio Guilherme. O Fenômeno urbano. 4ª edição. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1979.